



Universidade Estadual do Centro-Oeste

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

RESOLUÇÃO Nº 36-CEPE/UNICENTRO, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2022.

Aprova as alterações do Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, modalidade de educação a distância, da UNICENTRO, Câmpus Santa Cruz, e dá outras providências.

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE, UNICENTRO:

Faço saber que o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, CEPE,

considerando a decisão do Conselho Universitário, COU, em restituir ao CEPE a competência de deliberar sobre aprovação, reformulação e alterações de projetos pedagógicos, registrada na Ata nº 116-COU, de 12 de dezembro de 2013;

considerando a decisão do Conselho de Administração, CAD, registrada na Ata nº 282-CAD, de 15 de março de 2019;

considerando os incisos II e IV, do art. 53, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB;

considerando o Parecer nº CNE/CP nº 17, de 10 de novembro de 2020, que reanalisou o Parecer CNE/CP nº 7, de 19 de maio de 2020, que tratou das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica, a partir da Lei nº 11.741/2008, que deu nova redação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB;

considerando a Resolução nº CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021, do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno, que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica;

considerando a Resolução nº 1-CNE/CP, de 17 de junho de 2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;

considerando a Deliberação nº 4-CEE/PR, de 2 de agosto de 2006, do Conselho Estadual de Educação do Paraná, que trata de normas complementares às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;

considerando a Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso;

considerando o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamentou a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais, LIBRAS;

considerando a Resolução nº 1-CNE/CP, de 30 de maio de 2012, do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno, que estabeleceu as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;



Universidade Estadual do Centro-Oeste

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

considerando a Resolução nº 2-CNE/PG, de 15 de junho de 2012, que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;

considerando a Resolução nº 7-CEPE/UNICENTRO, de 16 de abril de 2018, alterada pela Resolução nº 14-CEPE/UNICENTRO, de 16 de outubro de 2019, que regulamentou o registro e a inclusão das atividades de extensão nos currículos dos cursos de graduação da UNICENTRO;

considerando a Resolução nº 7-CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018, do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior, que estabeleceu as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamentou o disposto na Meta 12.7, da Lei nº 13.005/2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024;

aprovou, pelo Parecer nº 120-CEPE, de 21 de outubro de 2022, contido no Protocolo nº 19.357.044-5, de 16 de agosto de 2022 (17.914/2022), e eu sanciono, nos termos do art. 9º, inciso X, do Regimento da UNICENTRO, a seguinte Resolução:

Art. 1º Ficam aprovadas as alterações do Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, modalidade de educação a distância, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO, Câmpus Santa Cruz, conforme o contido nesta Resolução.

Parágrafo único. As alterações de que trata o artigo anterior vigoram a partir do ano de 2023.

Art. 2º A carga horária do Curso de que trata esta Resolução é de 1.966 horas.

Art. 3º O período de integralização desse Curso é de, no mínimo, dois e, no máximo, três anos.

Art. 4º As vagas para esse Curso serão ofertadas conforme aprovação em edital específico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES.

Art. 5º A matriz curricular e o ementário constam dos Anexos I e II, desta Resolução.

Art. 6º A matriz curricular desse Curso está organizada segundo o Regime Seriado Anual, com disciplinas semestrais, previsto no Regimento da UNICENTRO.

Art. 7º Os objetivos desse Curso são:

I – objetivo geral: a qualificação de pessoal, visando o melhor desenvolvimento das atividades gerenciais nas organizações públicas.

II – objetivos específicos:

a) capacitar os quadros de servidores para atuarem na administração de sistemas públicos;

b) capacitar profissionais para intervirem na realidade social, política e econômica;

c) contribuir para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado Brasileiro, nos âmbitos federal, estadual e municipal;

d) contribuir para que o servidor público desenvolva visão estratégica da administração pública.

Art. 8º O tecnólogo em Gestão Pública deve possuir o perfil profissional que se articula aos objetivos do curso na medida em que pretende:



Universidade Estadual do Centro-Oeste

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

I – diagnosticar o cenário político, econômico, social e legal na totalidade da gestão pública;

II – desenvolver e aplicar inovações científico-tecnológicas nos processos de gestão pública;

III – estar consciente quanto às implicações éticas do exercício profissional, em especial a compreensão do ethos republicano e democrático, indispensável à sua atuação;

IV – planejar, implantar, supervisionar e avaliar projetos e programas de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento local e regional;

V – reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão;

VI – aplicar metodologias inovadoras de gestão, baseadas nos princípios da administração pública, legislação vigente, tecnologias gerenciais, aspectos ambientais e ética profissional;

VII – planejar e implantar ações vinculadas à prestação de serviços públicos que se relacionam aos setores e segmentos dos processos de gestão;

VIII – avaliar e emitir parecer técnico em sua área de formação;

IX – expressar-se e comunicar-se com clareza e assertividade;

X – promover e apoiar com determinação e vontade política e administrativa a educação continuada de servidores públicos;

XI – refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção de serviços públicos, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva sob seu controle e gerenciamento;

XII – agir com proatividade e criatividade, tomando iniciativa para o suporte de ações voltadas para o intraempreendedorismo e o empreendedorismo público.

Art. 9º O processo de formação deve contribuir para um profissional com os conhecimentos requeridos para o exercício das seguintes habilidades e competências:

I – promover a reflexão e discussão sobre a diversidade e a complexidade do trabalho do servidor público;

II – desenvolver a compreensão de questões relacionadas ao funcionamento do poder público;

III – proporcionar a formação de profissionais tornando-o aptos a exercerem atividades específicas nos trabalhos;

IV – especializar, aperfeiçoar e atualizar o servidor público em seus conhecimentos tecnológicos;

V – qualificar e reprofissionalizar os servidores públicos, visando melhor desempenho no exercício do trabalho.

Art. 10. É facultado ao aluno a realização de estágios não obrigatórios, remunerados ou não, conforme a legislação vigente.



Universidade Estadual do Centro-Oeste


Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

Art. 11. O Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, modalidade de educação a distância, Câmpus Santa Cruz, da UNICENTRO, está aprovado pela Resolução nº 19-COU/UNICENTRO, de 10 de maio de 2016.

Art. 12. Revoga-se a Resolução nº 19-CEPE/UNICENTRO, de 31 de outubro de 2017.

Art. 13. Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Gabinete do Reitor da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO.


Prof. Dr. Fábio Hernandes,
Reitor.





Universidade Estadual do Centro-Oeste

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

ANEXO I, DA RESOLUÇÃO Nº 36-CEPE/UNICENTRO, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2022.

Setor de Ciências Sociais Aplicadas de Guarapuava

CURRÍCULO PLENO

CURSO: SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA – EAD (ED015 – Indefinido – S-2023)

Série	Módulo/ semestre	Deptos.	Disciplinas	C/H		C/H Total	Extensão	
				Teó.	Prá.			
1ª	1º		Introdução à Educação a Distância	45		45		
			Ciência Política	45		45		
			Gestão de Processos	45		45		
			Gestão do Estado	60		60		
			Ética na Gestão Pública	60		60		
			Economia Geral	60		60		
			Políticas Públicas e Sociedade	60		60		
			Gestão e Sustentabilidade no Setor Público	60		60		
			Extensão Universitária I Aplicada às Instituições Públicas		30	30	30	
		Subtotal		465				
		2º		Logística Aplicada ao Setor Público	45		45	
			Proposta de Projeto para Gestão Pública	60		60		
			Controladoria no Setor Público	45		45		
			Métodos e Técnicas de Pesquisa	60		60		
			Gestão da Informação e Tomada de Decisão	60		60		
			Licitação	60		60		
			Governança e Auditoria no Setor Público	45		45		
			Direito Constitucional	45		45		
	Extensão Universitária II Aplicada às Instituições Públicas			45	45	45		
	Subtotal		465					
2ª	3º		Gestão Financeira, Orçamentária e Patrimonial no Setor Público	45		45		
			Comportamento Organizacional no Setor Público	45		45		
			Planejamento e Orçamento Público	60		60		
			Gestão de Pessoas no Setor Público	60		60		
			Gestão do Conhecimento no Setor Público	60		60		
			Legislação Trabalhista para Agentes Públicos	45		45		
			Direito Administrativo	45		45		
			Marketing nas Organizações Públicas	45		45		
			Extensão Universitária III Aplicada às Instituições Públicas		60	60	60	
		Subtotal		465				
	4º		Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	45		45		
			Organização de Eventos – Cerimonial, Protocolo e Etiqueta	60		60		
			Planejamento Urbano e Plano Diretor	60		60		
			Responsabilidade Social e Terceiro Setor	45		45		
			Política Econômica e Contemporânea	60		60		
			Novas Tendências de Gestão	45		45		
			Compliance e Transparência no Setor Público	45		45		
			Empreendedorismo no Setor Público	30		30		
			Extensão Universitária IV Aplicada às Instituições Públicas		61	61	61	
			Subtotal		451			
			C/H Subtotal (horas)			1846	196	
		OUTROS COMPONENTES CURRICULARES:						
	Trabalho de Conclusão de Curso (horas)			120				
	C/H Total (horas)				196			
	C/H Total do Curso (horas)			1966				

Início: Abril/2023 Integralização: mínima – 2 anos / máxima – 3 anos. Regime: Seriado anual com disciplinas semestrais

Gabinete do Reitor da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO.

Prof. Dr. Fábio Hernandes,
Reitor.

Home Page: <http://www.unicentro.br>

Câmpus Santa Cruz: Rua Salvatore Renna – Padre Salvador, 875, Bairro Santa Cruz – Cx. Postal 3010 – Fone: (42) 3621-1000 – FAX: (42) 3621-1090
CEP 85.015-430 – GUARAPUAVA – PR

Câmpus Cedeteg: Alameda Élio Antonio Dalla Vecchia, 838, Bairro Vila Carli – Fone: (42) 3629-8100 – CEP 85.040-167 – GUARAPUAVA – PR

Câmpus de Irati: Rua Professora Maria Roza Zanon de Almeida, Bairro Engenheiro Gutierrez – Cx. Postal, 21 – Fone: (42) 3421-3000
CEP 84.500-000 – IRATI – PR



Universidade Estadual do Centro-Oeste

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

ANEXO II, DA RESOLUÇÃO Nº 36-CEPE/UNICENTRO, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2022.

CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA, MODALIDADE DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, DA UNICENTRO, CÂMPUS SANTA CRUZ

EMENTÁRIO

CIÊNCIA POLÍTICA

Apresentação e discussão dos principais conceitos e questões da teoria política; a formação do Estado e os teóricos contratualistas: Hobbes, Locke e Rousseau; o controle dos governantes e a teoria da divisão dos poderes: Montesquieu e os federalistas americanos; a formação dos partidos de massa e organização da sociedade civil como forma de participação e expressão de liberdades políticas; sistematização de conceitos: Política, Estado, Partidos Políticos; a problemática das relações entre políticos e burocratas, atores centrais de uma ordem democrática e um dos principais temas que envolvem a administração pública e o governo (Democracia: Princípios e instituições democráticas, A noção de poliarquia de Robert Dahl, Políticos e Burocratas, Burocratização da política e politização da burocracia nas democracias contemporâneas, Burocratas e políticos no Brasil).

COMPLIANCE E TRANSPARÊNCIA NO SETOR PÚBLICO

Histórico e definição. Instrumentos internos de controle. Compliance e Governança no Setor Público. Análise de Risco. Núcleo de Integridade de Controle. Controle social e transparência no Brasil. Princípios da Transparência no Setor Público. Organização e funcionamento do controle externo e interno na administração pública. Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL NO SETOR PÚBLICO

O indivíduo e as organizações públicas. Cultura e Poder, Valores, Atitudes e Satisfação com o Trabalho. Clima Organizacional, Criatividade. Comunicação Interpessoal. Liderança. Motivação e Cultura organizacional.

CONTROLADORIA NO SETOR PÚBLICO

Controladoria Pública. Conceitos de Controladoria. Independência e Subordinação da Controladoria. Sistema de Controles Integrados. Apresentação de Modelos de Controles Integrados. Estrutura conceitual dos sistemas de Controles Internos. Controle Social. Técnicas e procedimentos de Controle. Competência do Controle Interno. Princípios Básicos. Área de Atuação. Classificação dos Controles.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Regime jurídico-administrativo. Atos administrativos. Organização administrativa. Serviço público. Licitação. Contratos administrativos.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Origem e evolução do Estado. O Estado e o Direito. Direito e Poder. Normas Jurídicas. Direito positivo e direito subjetivo. Estrutura do Estado e do Governo Brasileiro. Educação em Direitos



Universidade Estadual do Centro-Oeste

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

Humanos (Decreto nº 7.037/2009, Parecer CNE/CP nº 8/2012 e Resolução CNE/CP nº 1/2012).

ECONOMIA GERAL

Razões econômicas da existência do governo: falhas de mercado; teoria dos bens públicos; teoria da escolha pública. Atribuições econômicas do governo: funções fiscais do governo nas economias modernas; a provisão dos bens públicos e o crescimento dos gastos do governo; política fiscal, estabilização e distribuição de renda. Teoria da tributação; tributação e eficiência econômica; tributação e seus efeitos na economia; sistema tributário brasileiro. Responsabilidade fiscal dos governos e sua relação com o déficit público e a dívida pública.

EMPREENDEDORISMO NO SETOR PÚBLICO

Empreendedorismo no Setor Público, Design Thinking, Novos modelos para o Empreendedorismo Público.

ÉTICA NA GESTÃO PÚBLICA

Conceitos de Ética Geral. Importância da conduta ética na gestão dos negócios públicos e privados. Perfil do gestor na verificação e aplicação de recursos públicos. Cuidados no exercício das atividades do Estado e Governo. Execução dos trabalhos no processo de relacionamento com as atividades privadas. Atitudes e postura ética. Educação em Direitos Humanos (Decreto nº 7.037/2009, Parecer CNE/CP nº 8/2012 e Resolução CNE/CP nº 1/2012). Educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena (Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, Parecer CNE/CP nº 3/2004 e Resolução CNE/CP nº 1/2004). Temas contemporâneos e transversais: processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso (Lei nº 10.741/2003).

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA I APLICADA ÀS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

Contextos e Cenários da Extensão Universitária. Leis regulamentares e Normas Institucionais. Diagnóstico junto à Comunidade externa.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA II APLICADA ÀS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

Estrutura das ações extensionistas. Proposta de Projeto de Intervenção. Planejamento das ações extensionistas junto à comunidade externa.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA III APLICADA ÀS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

Elaboração do Projeto de Intervenção. Desenvolvimento das Atividades junto à comunidade externa. Apuração e avaliação parcial das atividades.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA IV APLICADA ÀS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

Desenvolvimento das Atividades extensionistas. Apuração dos Resultados finais alcançados. Avaliação realizada pela comunidade externa e discentes participantes. Elaboração e apresentação do Relatório do Projeto de Intervenção.

GESTÃO DA INFORMAÇÃO E TOMADA DE DECISÃO

Informação no Processo Decisório. Introdução ao Processo Decisório. Modelo racional na tomada de decisão. Tipos de decisão. Técnicas e Instrumentos de Apoio a decisão. Processo decisório nos setores público e privado.



Universidade Estadual do Centro-Oeste

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

GESTÃO DE PESSOAS NO SETOR PÚBLICO

Estrutura da organização pública. Formas de ingresso no serviço público: recrutamento e seleção. Estruturação dos Cargos e Funções no Setor Público. Noções básicas de Plano de Carreira. Estatuto. Modelos de Avaliação de Desempenho: requisitos do sistema, vícios da avaliação e eficácia. Processo de Recompensa: salário e benefícios. Medicina e Segurança no Trabalho: Normas Regulamentadoras. Programa de Qualidade de vida no Ambiente de trabalho. Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar. Outras questões na Gestão de Pessoas no Setor Público: Corresponsabilidade funcional na prestação de contas; Bullying; Assédio Sexual; Assédio Moral.

GESTÃO DE PROCESSOS

Organização e estruturas organizacionais. Tipos de Departamentalização. Processos Organizacionais. Gestão de Processos: métodos e ferramentas. Mapeamento e melhoria de Processos.

GESTÃO DO CONHECIMENTO NO SETOR PÚBLICO

Sociedade Industrial e Sociedade do Conhecimento. A produção da informação e do conhecimento. A gestão do conhecimento, da inovação e da criatividade nas organizações. A informação, a comunicação e o conhecimento nas organizações públicas; Gestão de Mudança; Gestão de Processos, Inteligência Organizacional. Tecnologia da Informação Aplicada a Gestão do Conhecimento.

GESTÃO DO ESTADO

Estado Democrático de Direito; Governabilidade e Governança do Estado; Principais Políticas no Gerenciamento do Estado Moderno. O Estado Brasileiro. Administração Pública x Administração Privada; Planejamento Estratégico no Setor Público; Escolas de Governo; principais conceitos de Planejamento Estratégico. Governança no Setor Público. Análise ambiental externa e interna das empresas Públicas e Privadas. Aplicação das Estratégias nas diversas áreas Organizacionais. Modelos para sua operacionalização. Elaboração de um plano piloto para o Setor Público.

GESTÃO E SUSTENTABILIDADE NO SETOR PÚBLICO

Desenvolvimento sustentável: conceitos básicos e o compromisso brasileiro. Dimensões da Sustentabilidade. Responsabilidade social. Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS). Protocolos internacionais. Políticas Públicas Ambientais. Ativos e Passivos ambientais. Planejamento ambiental. Princípios da gestão ambiental segundo a Câmara de Comércio Internacional (CCI). Sistema de Gestão Ambiental ISO 14000. Educação Ambiental.

GESTÃO FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA E PATRIMONIAL NO SETOR PÚBLICO

Estrutura do Setor Público. Contabilidade Pública. Sistemas Orçamentário, Financeiro e Patrimonial. Demonstrações Consolidadas. Estrutura conceitual de Orçamento Público. Orçamento como um sistema. Estrutura do sistema orçamentário. Relatórios projetados e análise. Instrumentos de planejamento e controle. Estudo de Casos.

GOVERNANÇA E AUDITORIA NO SETOR PÚBLICO

Conceitos Governança e Auditoria Governamental. Proibição administrativa. Princípios e sistema de controle na administração pública. Fiscalização orçamentária, financeira, contábil e patrimonial do Estado. Tipos de Auditoria Governamental. Controles da Administração Pública. Elaboração de Relatório de Auditoria.



Universidade Estadual do Centro-Oeste

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

INTRODUÇÃO À EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Aspectos históricos e perspectivas futuras em EAD. Mídias digitais e inovação em EaD. Estratégias de interação e colaboração. Novos espaços de aprendizagem. Aprendizagem combinada em EaD.

LEGISLAÇÃO TRABALHISTA PARA AGENTES PÚBLICOS

Estatuto do Servidor público, cargos, empregos e funções públicas; formas de acesso ao serviço público; Remuneração e subsídio: Cumulação de vencimentos no setor público; Direitos trabalhistas extensivos aos servidores públicos; Direitos e deveres estabelecidos no Estatuto dos Servidores Públicos e na CLT; O direito à aposentadoria; processo administrativo disciplinar e as respectivas sanções que podem ser aplicadas aos servidores públicos que cometem atos que possam ser imputados à sua responsabilidade.

LICITAÇÃO

Conceito e fundamento legal; Princípios aplicáveis; Modalidades de licitação; Escolha da modalidade; Procedimento da licitação: modalidades tradicionais e modalidade pregão; carta-convite e edital; Tipos de licitação; Sistema de registro de preços; Saneamento de falhas; Contratação direta: dispensa e inexigibilidade de licitação; Formalização do procedimento administrativo na contratação direta; Anulação e revogação da licitação; Lei e normas referentes ao processo de licitação.

LIBRAS

Bilinguismo e educação dos surdos: Conceitos e diretrizes legais e políticos-pedagógicas. Aspectos linguísticos práticos da língua de sinais brasileira a fim de possibilitar a comunicação em LIBRAS em diversos contextos sociais e no cotidiano, como: parâmetros da LIBRAS; alfabeto manual (datilologia) e soletração rítmica; expressão corporal e facial; estados do tempo; períodos do dia; hora; calendário; verbos e advérbios de tempo; cumprimentos; pronomes; sinais contextualizados relacionados à: profissões; funções e cargos; ambiente de trabalho; laços familiares; emoções; animais; objetos; números e valores monetários; cores; compras; meios de comunicação e de transporte; estados do Brasil e suas culturas; sinais arbitrários e icônicos; tipos de frases em LIBRAS.

LOGÍSTICA APLICADA AO SETOR PÚBLICO

Gestão de materiais: planejamento de uso e consumo, controle de entradas e saídas, cálculo de necessidades, gestão de estoques e arranjo físico, integração de sistemas, custos e racionalização, responsabilidade na gestão de materiais. Gestão patrimonial; Logística: planejamento logístico, controle logístico, distribuição física.

MARKETING NAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS

Planejamento Estratégico de Marketing voltado às organizações públicas. Composto de Marketing. Tipos de marketing utilizados na gestão pública. Ferramentas de comunicação com o público interno e externo. Pesquisa em marketing. Ações de marketing governamental. Técnicas e ferramentas de divulgação de ações.

MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

Ética em pesquisa, comitê de ética e plágio acadêmico. Delimitação do objeto de pesquisa: tema, problema, justificativa e objetivos; Revisão da literatura: estado da arte do problema. Estratégias metodológicas da pesquisa: (i) a complementariedade das abordagens qualitativa e quantitativa; (ii)



Universidade Estadual do Centro-Oeste

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

tipos de pesquisa com ênfase em estudo de casos e projetos de intervenção; (IV) técnicas e instrumentos de levantamento de dados; (iv) tratamento, análise, interferências e apresentação dos resultados. Orientações e Normatizações para Redação Científica (uso da ABNT), viabilidade para elaboração de projetos, elaboração de relatório de pesquisa.

NOVAS TENDÊNCIAS DE GESTÃO

Conceitos de Inovação. Tipos de Inovação. Desafios e oportunidades para a inovação no setor público. Princípios norteadores do governo digital. Processo de transformação digital de serviços públicos com foco no cidadão. Redes e inovação em serviços públicos. Lei de Inovação. Sandbox Regulatório. Blockchain aplicada ao setor público.

ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS – CERIMONIAL, PROTOCOLO E ETIQUETA

Organização de Eventos: importância, tipologia, planejamento, captação, organização e direção/gestão de eventos. Elaboração de mailing list. Logística e promoção. Cerimonial, protocolo e etiqueta: funções estratégicas, tática e operacional dos eventos, cumprimento de normas, regras, decretos, leis.

PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO PÚBLICO

Aspectos constitucionais do orçamento. Fundamentos e princípios orçamentários. Processo Legislativo. Marco Legal do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Decreto Presidencial nº 2829 de 1999 e Portaria 42; Lei de Responsabilidade Fiscal; Constituição Federal e Lei nº 4.320/64. O ciclo orçamentário: processo orçamentário como instrumento de planejamento; a elaboração do orçamento; a Execução Orçamentária e Financeira: empenho, liquidação e pagamento. Gestão democrática de alocação de recursos: orçamento participativo.

PLANEJAMENTO URBANO E PLANO DIRETOR

Surgimento e organização das cidades; características do espaço urbano; Planejamento e organização Urbano e regional, Política Territorial e suas ferramentas de gestão. Problemas urbanos e desafios; Cidades sustentáveis, inteligentes e resilientes; Estatuto da cidade; Instrumentos do planejamento urbano; o Plano Diretor Municipal: conceitos, métodos de elaboração, implantação e administração.

POLÍTICA ECONÔMICA E CONTEMPORÂNEA

Os objetivos clássicos da política; medindo o crescimento: entendendo o cálculo do PIB e outros indicadores de desenvolvimento; Medindo a variação de preços: entendendo a inflação; Os instrumentos da política econômica: instrumentos fiscais, instrumentos monetários, instrumentos cambiais e controles diretos.

POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIEDADE

A análise de políticas públicas e seus problemas; as mudanças na legislação e nas Análise de políticas públicas e seus problemas; As mudanças na legislação e nas instituições de políticas sociais no Brasil; Políticas Públicas: conceitos e evolução no Brasil; Estudos das novas responsabilidades e novas posturas que os governos vêm assumindo quanto às políticas públicas, discutindo questões relativas à constituição da agenda; Estudo das experiências inovadoras que criam novas esferas públicas de negociação e de participação popular; Articulação e implementação nas dimensões locais e globais e os alcances e limites dos governos; Controle e Avaliação das



Universidade Estadual do Centro-Oeste

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

Políticas Públicas. Temas contemporâneos e transversais: processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso (Lei nº 10.741/2003). Educação Ambiental. Educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena (Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, Parecer CNE/CP nº 3/2004 e Resolução CNE/CP nº 1/2004).

PROPOSTA DE PROJETO PARA GESTÃO PÚBLICA

As propostas de projetos têm por objetivo desenvolver trabalhos aplicados a partir de uma demanda específica da área em que o discente tenha acesso (ou na área em que esteja lotado como servidor) visando a implantação futura de métodos, técnicas e ferramentas de gestão nas diversas instâncias da administração do Estado.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E TERCEIRO SETOR

Sociedade e mercado: o capitalismo e a questão social. A responsabilidade social no contexto das demandas do mundo atual. Gestão socialmente responsável. Ética e responsabilidade social. Terceiro setor: surgimento e evolução no cenário mundial e no Brasil. Definições conceituais e abordagens críticas. ONGs, associações, fundações, OSCIP, etc. Uma concepção tripartite das sociedades contemporâneas: o relacionamento do terceiro setor com o mercado e a esfera governamental.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

Baseado em conceitos, métodos, técnicas e práticas discutidas durante o Curso, esta disciplina tem por objetivo desenvolver propostas de projetos aplicados à realidade da gestão pública, visando a implantação futura nas diversas instâncias da administração do Estado. Estas propostas de projetos serão elaboradas por alunos, e desenvolvidas sob orientação permanente dos professores orientadores do Trabalho do Curso (TC). Podem tomar a forma de Artigo, Relato Técnico, Projeto Integrador, formato a ser escolhido pela IES. O Trabalho do Curso é submetido a apreciação de Banca Examinadora, conforme regulamento próprio.

Gabinete do Reitor da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO.


Prof. Dr. Fábio Hernandes,
Reitor.